

EDcl no PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA Nº 2.342 - SP (2019/0289639-3)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
EMBARGANTE : LOREN-SID LTDA
EMBARGANTE : SIDNEI EVARISTO MAZOCCO
EMBARGANTE : IRAN LORENSINI
EMBARGANTE : WALDICYR LORENSINI
ADVOGADOS : NELSON LUIZ PINTO - SP060275
ADILSON VIEIRA MACABU - DF047808
EMBARGADO : BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
ADVOGADOS : ADRIANA CRISTINA PAPAFILIPAKIS GRAZIANO - SP133127
CARLOS AUGUSTO TORTORO JÚNIOR - SP247319
BRUNO HENRIQUE GONCALVES - SP131351

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração (e-STJ fls. 1.182/1.189) opostos a decisão desta relatoria que, após a apresentação de pedido de reconsideração, manteve a decisão que indeferiu o pedido de tutela provisória de urgência.

Em suas razões, os embargantes apontam omissão, alegando que a decisão embargada carece de fundamentação, em afronta ao art. 489, § 1º, III e IV, do CPC/2015.

Aduz ter reiterado e justificado, de forma minuciosa, a necessidade de se atribuir efeito suspensivo ao recurso, apresentando novos elementos capazes de evidenciar o *periculum in mora*. Afirmar ter demonstrado estar em recuperação judicial, enfrentando risco iminente de alienação de seu imóvel sede, a qual teria sido autorizada pelo Juízo da recuperação, fundamento que não teria sido enfrentado.

Sustenta que também ficou demonstrado o *fumus boni iuris*, consistente na ausência da necessária assinatura de um dos sócios na oferta do bem imóvel em garantia fiduciária.

Ao final, requerem o acolhimento dos aclaratórios para que haja o "enfrentamento específico desses relevantes fundamentos jurídicos e dos NOVOS ELEMENTOS trazidos aos autos para que, por ora, reste deferida a atribuição do necessário efeito suspensivo ao Agravo em Recurso Especial, bem como ao próprio Recurso Especial" (e-STJ fl. 1.188).

O embargado não apresentou impugnação.

É o relatório.

Decido.

Os embargos de declaração somente são cabíveis quando houver na decisão obscuridade, contradição, omissão ou erro material, consoante dispõe o art. 1.022 do CPC/2015.

Ademais, os aclaratórios, em regra, não permitem rejugamento da causa, sendo certo que o efeito modificativo é possível apenas em hipóteses excepcionais, uma vez

Superior Tribunal de Justiça

comprovada a existência dos mencionados vícios no julgado.

No caso concreto, sob o pretexto de que houve omissão, pretendem os embargantes nova análise de seu pedido de reconsideração.

Ocorre que, por ausência de previsão legal, o referido pedido de reconsideração realmente não era cabível, daí porque indeferido de forma sucinta.

A alegação de que teria sido apresentado elemento novo, a evidenciar o *periculum in mora*, não procede, uma vez que o documento apresentado – cópia da decisão proferida pelo Juízo da recuperação judicial (e-STJ fls. 1.175/1.176) – demonstra apenas ter sido autorizada a averbação, na matrícula do imóvel, da existência de ação discutindo a alienação fiduciária, o que, por si só, também não demonstra nenhum ato concreto de execução.

Verifica-se, portanto, que a presença dos elementos ensejadores da concessão da tutela de urgência foram devidamente analisados na decisão de fls. 1.155/1.157 (e-STJ), a qual se encontra devidamente fundamentada, mantendo-se sua conclusão à fl. 1.180 (e-STJ), não havendo nenhum vício a autorizar a oposição dos aclaratórios

Em face do exposto, REJEITO os embargos de declaração.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 28 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA

Relator